

Douglass C. North; John Joseph Wallis & Barry R. Weingast – Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history.

New York: Cambridge University Press, 2009.

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Um novo enquadramento conceitual para as ciências sociais?

O mais recente livro de North, redigido em parceria com dois autores também de peso, Wallis e Weingast, traz proposta sem dúvida corajosa e ambiciosa: apresentar uma nova agenda de pesquisa e, mais do que isso, um novo enquadramento conceitual para a análise dos sistemas políticos, econômicos e sociais, com fulcro na inter-relação entre violência, instituições, organizações e crenças. Ao longo de todo o texto, está presente o pressuposto de que o desafio de lidar com a violência se coloca no *core* das explicações de como as interações sociais são estruturadas, ou seja, de como as diferentes sociedades se comportam.

Os autores apresentam uma tipologia de três padrões sociais básicos existentes na história humana: (i) ordens de caçadores e coletores (*foraging orders*), (ii) sociedades de acesso limitado ou estados naturais (*natural states*) e (iii) sociedades de acesso aberto (*open access orders*). As ordens de caçadores e coletores, com pequenos grupos sociais vivendo do extrativismo, mediante a primeira grande revolução social, o advento da agricultura, evoluem para os estados naturais, nos quais as relações pessoais, notadamente entre indivíduos poderosos, constituem a principal base da organização social. O sucesso desse padrão surgido entre cinco e dez mil anos atrás decorreria especialmente do alinhamento de interesses de forma a limitar a violência e, dessa forma, viabilizar a interação social em larga escala. A segunda grande revolução social, relacionada de forma geral à revolução industrial, consoante o ensinamento dos autores tem efeitos que devem ser ponderados de forma particular em cada realidade, respondendo em alguns casos pela passagem do estado natural para a sociedade de acesso aberto, padrão baseado em cidadania e impessoalidade nas relações sociais, especialmente

no campo das organizações, e na competição livre, não violenta, nas esferas política e econômica. Instituições e políticas assegurariam repartição dos ganhos gerados na economia de mercado. Nas sociedades de acesso aberto, a competição entre organizações traria inovação, por meio de processo schumpeteriano de destruição criativa e, por decorrência, eficiência adaptativa. Nelas, o Estado cumpriria o requisito weberiano de monopólio do uso legítimo da força e proveria serviços em uma base impessoal. Suas estruturas de governança apresentar-se-iam ao mesmo tempo robustas, complexas e descentralizadas.

O estado natural, assim, não se constituiria em guerra de todos contra todos a demandar o Leviatã hobbesiano, mas sim em ordem calcada na lógica da redução do problema da violência mediante a formação de coalizão dominante cujos membros possuem privilégios especiais ou, em outras palavras, na constituição de mecanismos para geração de renda e cooperação no âmbito de elites constituídas por indivíduos ou grupos com acesso potencial à violência. A estabilidade resultaria de um conjunto de incentivos que atendessem os interesses das elites, assegurando-lhes mais renda relativamente àquela que seria potencialmente gerada mediante a opção da violência e o uso das armas. A manutenção dessa ordem estável viabiliza que o produto do trabalho e a renda sejam distribuídos para outros setores que não o militar, assim como a existência de funções especializadas com atribuições como controle da justiça, comércio, educação etc. A paz nos estados naturais seria em regra uma espécie de paz armada, dependente do balanço de interesses em processos de criação e distribuição de riqueza que se estruturam segundo relações patrão-cliente. Não se configura o monopólio estatal do controle da violência. O fator de maior relevância, na visão de North, Wallis e Weingast, está no acesso limitado às formas organizacionais. A dependência vigorosa entre instituições privadas e públicas, de forma geral, seria marca dos estados naturais. Por restringir a competição, eles também inovariam pouco e teriam reduzida eficiência adaptativa a crises. Na existência de um quadro de restrições organizacionais estaria a diferença marcante (e, na visão dos autores, em geral subestimada) em relação às sociedades de acesso aberto.

Na história e na atualidade, haveria três tipos relativamente flexíveis de sociedades de acesso limitado ou estados naturais: frágeis (Iraque, Sudão e Somália, por exemplo), básicos (Egito, Alemanha nazista e o Iraque sob o governo Hussein, por exemplo) e maduros (Argentina, Brasil, Índia e Mé-

xico, por exemplo)¹. No estado natural frágil, que mal consegue se sustentar diante das ameaças de violência, a coalizão dominante é fluida e instável, e o Estado é incapaz de apoiar outra organização que não a si próprio. No tipo básico, surgem regras para resolver problemas como a sucessão no poder e outros, mas não se elimina a instabilidade. Além disso, apenas organizações conectadas diretamente ao Estado seriam viabilizadas. O estado natural maduro, por sua vez, teria instituições mais complexas e conseguiria assegurar base para a existência de organizações convivendo fora da zona de influência imediata do Estado. A progressão do padrão frágil para o básico e o maduro não é vista pelos autores como inevitável ou inerente à evolução histórica. As sociedades seriam capazes tanto de progressão quanto de regressão.

A despeito do avanço tecnológico, a maioria das sociedades contemporâneas permaneceria hoje no padrão (*default*) do estado natural. Logo na parte inicial da obra, North, Wallis e Weingast chegam a quantificar esse quadro: estimam que apenas cerca de 25 países, com 15% da população mundial, seriam caracterizados como sociedades de acesso aberto, restando, assim, 85% da população vivendo atualmente em estados naturais.

Nessa tentativa de quantificação, observa-se uma fraqueza pontual da obra, de caráter formal. Infelizmente, os autores não chegam a apresentar uma lista completa dos países por eles classificados como estado natural ou como sociedade de acesso aberto. Em princípio, parecem gerar os referidos números a partir de uma combinação de dados que soam simplificados em demasia para conclusões caso a caso, referentes a renda *per capita* combinada com posição na mensuração de democracia do banco de dados *Polity IV*², crescimento econômico anual, número de organizações e gastos governamentais, todos insertos no capítulo introdutório. Se a intenção não é realizar um teste formal de uma teoria, mas apresentar um enquadramento conceitual a ser trabalhado pelos cientistas sociais em estudos futuros, pareceria melhor que os autores permanecessem apenas com os exemplos históricos ou atuais comentados a título de ilustração ao longo do livro, sem se arriscarem a fazer estimativas quantitativas de cunho global.

¹ O livro menciona alguns desses casos de estados naturais frágeis, básicos ou maduros, bem como diferentes exemplos históricos. Os exemplos citados estão destacados por Weingast em: http://scid.stanford.edu/system/files/shared/people/BWeingast_11-10.pdf.

² Dados atualizados do *Polity IV* estão disponíveis em: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>.

Questão-chave colocada pelos próprios autores: como um estado natural se transforma em uma sociedade de acesso aberto? North, Wallis e Weingast falam nas seguintes pré-condições (*doorstep conditions*) para a transição: (i) regra da lei para as elites; (ii) formas permanentes de organizações de elites, o próprio Estado inclusive; e (iii) controle político consolidado sobre o aparato militar. A origem dos sistemas legais estaria na definição de privilégios para as elites. A transição para a democracia e o desenvolvimento econômico, nessa perspectiva, não deve ser compreendida a partir da renúncia por parte das elites aos seus direitos ou da concessão às massas, mas sim como decorrente do desenvolvimento de instituições, organizações e crenças que permitam às elites tratarem umas às outras de forma impessoal, em um quadro gerado, em primeiro lugar, por razões atinentes à dinâmica intraelite, sendo posteriormente abertas oportunidades a segmentos sociais mais amplos. Em estágio posterior, a sociedade baseada em elites poderia ser transformada em uma sociedade baseada na cidadania com liberdade nos campos político e econômico.

Estando presentes as referidas pré-condições para a transição, tornar-se-ia possível, mas não inevitável, chegar-se às sociedades de acesso aberto. Desse modo, essas condições configurariam elementos necessários, mas não suficientes para a transição. Com os exemplos históricos da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos da América (EUA), os autores mostram alguns contextos em que a transformação ocorreu e suas especificidades.

North, Wallis e Weingast apresentam na obra em tela uma inter-relação instigante entre o tema da violência, política e economia. Fundamentados em uma literatura ampla nas áreas de ciência política, economia, história, antropologia e ciências sociais, combinam de forma hábil instituições e organizações, abordando também as crenças políticas. Sua maestria está patente principalmente na capacidade de nos incitar à reflexão. Exatamente por nos fazerem pensar, impõe-se que sejam lançados aqui alguns comentários e questionamentos.

No enquadramento construído pelos autores não parecem tão claras as razões pelas quais os cidadãos nas sociedades de acesso aberto compartilhariam sistemas de crenças que enfatizam igualdade e inclusão social, ou melhor, porque cidadãos em sociedades de acesso limitado não poderiam também compartilhar crenças desse tipo. A prerrogativa ampla de auto-organização somada ao acesso impessoal a bens e serviços público constituem fatores suficientes para explicar a suposta existência desses sistemas de crenças? As instituições geram as crenças ou vice-versa?

Talvez esse tipo de lacuna pudesse ser suprida, ou mesmo deveriam ser realizados ajustes no enquadramento proposto por North, Wallis e Weingast, a partir do reforço dos aspectos culturais. Os próprios autores destacam em momentos diversos e especialmente no capítulo final que instituições funcionam diferentemente conforme o contexto. Essa afirmativa apoia, por exemplo, os comentários sobre as causas da dificuldade de promover reformas políticas e econômicas nos países em desenvolvimento. O elemento cultura não deve ser subvalorizado nesse sentido: a balança entre fatores econômicos e culturais, em princípio, arrisca-se a pender em demasia para o primeiro lado no livro.

Principalmente no capítulo que introduz o enquadramento conceitual, o tom do livro parece ser de assunção de relação direta entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico, questão complexa em que generalizações tenderão sempre a incorrer em fragilidade.

Ademais, as argumentações, em diferentes momentos, soam ter fundamentação exacerbada no papel das elites, sem aqui desmerecer o forte potencial explicativo que a atuação dos reconhecidamente poderosos tem nas realidades sociais. O capital social, nas acepções diversas pelas quais o termo pode ser trabalhado, não decorre obrigatoriamente de fatores impostos de cima para baixo. O grau de cooperação social não se vincula necessariamente a processos em que a dinâmica intra-elite ou as opções institucionais das elites constituem explicação primeira.

Cabe também comentar, nessa linha, que pode ser visualizada uma considerável correspondência entre a dualidade estados naturais *versus* sociedades de acesso aberto e os dois equilíbrios sociais estáveis analisados por Putnam ao estudar a sociedade italiana (PUTNAM, 1999, p. 187-188). Relações políticas e sociais estruturadas verticalmente teriam relação com pouca confiança, exploração, desordem, clientelismo, estagnação etc. No contraponto, estariam as sociedades descentralizadas, caracterizadas por sistemas de participação cívica, em que a auto-organização constitui componente basilar.

Por fim, deve-se concordar com os autores que nenhuma ordem social conseguiu ou provavelmente conseguirá eliminar completamente o problema da violência. A dúvida fica por conta do grau de centralidade que a violência tem no conjunto de problemas sociais – especialmente nas sociedades contemporâneas – e, mais do que isso, na relevância e na dinâmica de fenômenos predatórios nos campos político e econômico que nem sempre

podem ser caracterizados explicitamente como violentos. Até que ponto o processo schumpeteriano de destruição criativa inerente às sociedades de acesso aberto não pode embutir processos desse tipo?

Cumprir dizer que a obra em exame vai bem além da questão de como a violência tem sido controlada ou contida na história humana. A habilidade de serem viabilizadas organizações independentes do Estado parece questão de peso tão grande quanto a violência nas preocupações dos autores. Essa constatação, apesar de implicar desvio de parte do conteúdo em relação ao próprio título do livro, parece refletir uma característica positiva.

Na verdade, o foco integrado de violência, organizações, instituições e crenças que, conforme explicado logo de início, está no cerne da proposta de North, Wallis e Weingast, não obstante trazer dificuldade em face da grande diversidade de elementos a serem estudados, é o que o novo livro parece ter de melhor. Concordemos ou não, integral ou parcialmente, com os pressupostos e conclusões dos autores, entendamos ou não que se trata de um novo enquadramento conceitual a ser aplicado, essa visão integradora parece lição de relevo. Somente isso já justifica a leitura e reflexão. Trata-se de obra que, não se tenha dúvida, reunirá defensores e opositores vigorosos nos próximos anos.

Referências bibliográficas

- NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph & WEINGAST, Barry R. 2009. *Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history*. New York: Cambridge University Press.
- PUTNAM, Robert D. 1999. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.